

Novo DJE Multicadernos terá recursos para acesso por meio de dispositivos móveis

Celulares e *tablets* passam a partir do dia 15/8 a ser instrumentos para a leitura do Diário da Justiça Eletrônico (DJE) do Poder Judiciário de Santa Catarina. No formato multicadernos, ele possibilita acesso mais dinâmico à informação por meio de dispositivos móveis e agilização das publicações jurisdicionais do Tribunal de Justiça, das Turmas de Recursos e de Uniformização e das comarcas, além de matérias de cunho administrativo.

Os quatro cadernos específicos serão publicados em horários diferentes, tão logo sejam concluídas a recepção e editoração das matérias. Assim, as intimações aos advogados podem ser



antecipadas por instância de tramitação dos processos, com consulta em separado de cada arquivo eletrônico que compõe o DJE.

O projeto é resultado de trabalho das Diretorias de Tecnologia da Informação e de Documentação e Informações, com apoio do CGInfo - Conselho Gestor de Tec-

nologia da Informação e da DGJ - Diretoria-Geral Judiciária. Antes de iniciar a navegação pelo novo DJE Multicadernos, recomenda-se ao usuário que faça o *tour* disponível na página de consulta para conhecer o novo ambiente. Eventuais dúvidas poderão ser esclarecidas por meio dos telefones (048) 3287-2430 e 3287-2432.

TJ disponibilizará veículos para uso pela Justiça Eleitoral durante eleições de 2016

O desembargador Torres Marques, presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, e o desembargador Cesar Abreu, presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, firmaram no dia 3 de agosto o Convênio n. 186/2016, por meio do qual os veículos do Poder Judiciário catarinense disponibilizados às comarcas poderão ser utilizados pelas zonas eleitorais.



Somente servidores efetivos do quadro da Justiça Eleitoral, devidamente habilitados, poderão conduzir os veículos. Caberá ao juiz eleitoral solicitar a disposição dos automóveis diretamente à direção do foro. “Cumpra ao Tribunal de Justiça dispensar todo o auxílio necessário para que a Justiça Eleitoral possa realizar as eleições deste ano com tranquilidade, contribuindo para a consolidação do Estado Democrático de Direito”, pontuou o desembargador Torres Marques.

CGJ e FCDL-SC lançam serviço para adaptação a medidas previstas no novo CPC

VEREDICTO

17/8/2016



PODER JUDICIÁRIO
de Santa Catarina

A Corregedoria-Geral da Justiça (CGJ) e a Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas do Estado de Santa Catarina (FCDL-SC) lançaram serviço inédito no país para atender a inovação do novo Código de Processo Civil (CPC). O Termo de Cooperação Técnica n. 44/2015 ajusta os procedimentos e o sistema do FCDL-SC para disponibilizar a partes e advogados a inscrição e cancelamento em cadastro de inadimplentes em ações judiciais, conforme previsto no artigo 782, § 3º, do CPC.



O serviço está em funcionamento desde o último dia 10 e permite que magistrados e chefes de cartório atendam à lei, que prevê a possibilidade

de a parte pedir a inclusão, em ação executiva, do nome do executado em cadastro de inadimplentes. Tanto a inscrição quanto o cancelamento, em caso de quitação ou garantia da execução, podem ser feitos pelo cartório judicial, com acesso direto ao sistema do FCDL-SC em menu próprio, e seus efeitos são imediatos (*on-line*).

O acesso ao sistema é disponibilizado no site da Corregedoria > servidor, em link específico dos Serviços Externos.

Recursos no sistema processual civil são tema do ciclo de palestras do novo CPC

O Programa Novo CPC em Debate teve continuidade no dia 12/8, no auditório do Tribunal Pleno, com palestra do desembargador Saul Steil. Ele abordou os recursos no sistema processual civil brasileiro diante das mudanças na legislação, as quais alteraram a forma de



recorrer das decisões judiciais. O evento foi gratuito e aberto aos públicos interno e externo, inclusive operadores do direito e estudantes. Magistrados e servidores de outras comarcas puderam acompanhar a palestra via intranet.

Comarca de Balneário Piçarras implanta, com sucesso, programa de coleta seletiva

A comarca de Balneário Piçarras, em parceria com a Secretaria de Gestão Ambiental do TJ, implantou o programa de coleta seletiva em todos os setores daquela unidade jurisdicional. Para isso foi contratada empresa especializada para o recolhimento e entrega do material reciclável numa cooperativa de catadores em cidade próxima à comarca, que não conta com



programa de coleta seletiva. Após um mês de implantação, expôs o analista administrativo Ricardo Sto-

loska, chefe da Secretaria do Foro, foi possível notar o engajamento de todos os colaboradores da comarca, com resultados acima do esperado. Nesse período, acrescentou, a geração de rejeitos, que seriam destinados ao aterro sanitário, diminuiu 70%. “Todo esse material que deixou de ser jogado no aterro sanitário será reciclado e poderá ser reutilizado”, finalizou Stocloska.

DCDP zera acervo do TJ e efetua o cadastramento de 9.674 processos no mês de julho

A Assessoria de Cadastramento Processual da DCDP concluiu o registro de ações originárias e recursos que deram entrada no Tribunal de Justiça até o dia 31 de julho.

Foram cadastrados, nesse período, 9.674 processos, não obstante o aumento da demanda verificado desde o começo do ano. Em fevereiro, quando o acervo foi zerado pela pri-

meira vez, foram cadastrados 7.216 processos entre os dias 1º e 29.

O empenho dos servidores dedicados à tarefa e a rápida assimilação das mudanças trazidas pelo SAJ/SG5 e pelo processo eletrônico, apontam os gestores, contribuíram para o êxito do trabalho.

